



# Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jílilo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30.03.98**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 012/98

Curitiba, 24 de março de 1998.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a Entidades da Administração Indireta do Estado, em financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para execução de Programas de Atendimento Habitacional, através do Poder Público, no período de 1998 a 2002.

O plano de lei em referência, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que ensejará condições legais para captação de recursos a serem aplicados na execução de programas de atendimento habitacional. Apresentando maior detalhamento quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, é, adiante transcrita, justificativa que me foi apresentada pelo Secretário Especial da Política Habitacional:

"A COHAPAR, empresa de economia mista do Governo do Estado, com a atribuição de executar a política habitacional estadual, necessita de recursos oriundos do Sistema Financeiro da Habitação, para a consecução de seus programas.

Em 1995, ocorreram modificações no organograma do Governo Federal, que colocaram sob a tutela do Ministério do Planejamento e Orçamento a Secretaria de Política Urbana, cuja atribuição é o gerenciamento das políticas federais para as famílias de baixa renda. Para esse atendimento foram criados programas, denominados PRÓ-MORADIA na área de habitação, e PRÓ-SANEAMENTO na área de saneamento, que atuam com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

No intuito de garantir o retorno dos investimentos feitos com dinheiro do FGTS, o seu Conselho Curador decidiu que os programas de habitação direcionados a famílias de até 3 salários mínimos, com atendimento prioritário para áreas urbanas, o empréstimo seria efetuado aos Estados e municípios, que agem como tomadores e garantidores.

A Caixa Econômica Federal é o Agente Financeiro das operações e para

a concessão dos financiamentos pretendidos exige a apresentação da lei que autoriza o Estado a contratar dando como garantia cota do Fundo de Participação dos Estados.

A COHAPAR, cujo programa de habitação envolve famílias de baixa renda, moradoras em vários municípios do Estado, utiliza para execução do programa urbano recursos do FGTS, que nos últimos 36 meses produziu 11.829 unidades habitacionais e ainda tem 6.586 moradias a contratar, que dependem da nova lei proposta.

O valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) foi obtido através de estimativa baseada nas últimas dotações anuais do FGTS para o Estado e o número de anos propostos para vigência da lei".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a Entidades da Administração Indireta do Estado, em financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para execução de Programas de Atendimento Habitacional através do Poder Público, no período de 1998 a 2002.

Art. 2º - Para efetivação da operação de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a vincular as cotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 157 e 159, inciso I, alínea "a", e II da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, complementadas com as receitas próprias estabelecidas no artigo 155, inciso II, da mesma Carta.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de créditos suplementares decorrentes do ingresso de recursos provenientes da presente lei, utilizando como recursos

as formas previstas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, bem como a efetuar as modificações necessárias no Programa de Obras, constante no Anexo V da Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/118 e 119/98 do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

725/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Universidade Livre do Esporte do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.099. **Anota-se - Arquivase.**

055/98: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a proceder a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFT-PR, na quantidade que especifica, exclusivamente para fins de rolagem da totalidade da dívida mobiliária vencida em 15.03.98, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.100. **Ao conhecimento da Casa.**

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 070/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede à Rua Minas Gerais, s/n, Santana do Itararé, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 01 de novembro de 1986, a Casa da Criança de Santana do

Itararé foi criada com a finalidade de dar assistência social e promoção humana para as crianças carentes, abandonadas e desajustadas, de ambos os sexos e sem distinção de raça, credo, cor ou condição social, na faixa etária de 07 a 14 anos, com educação e orientação, com o fim específico de integrá-los à comunidade.

A Casa da Criança de Santana do Itararé atendeu no último ano de 1997, a 200 crianças em regime semi-aberto, e todas elas provenientes de famílias carentes do município.

PROJETO DE LEI Nº 071/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Municipal de Saúde do Município de Santana do Itararé, órgão colegiado composto pelo Fundo de Assistência Social e a Conferência Municipal de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Santana do Itararé, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Municipal de Assistência Social, composto pelo Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência Municipal de Assistência Social, foi criado para dar suporte às entidades sociais do município, tanto na orientação de suas ações, como na angariação de fundos, para que possam dar um melhor atendimento à comunidade e principalmente às pessoas carentes.

PROJETO DE LEI Nº 072/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo, doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés, parte do imóvel localizado no lote nº 105 da Rua Expedicionário Anélio da Luz, com uma área total de 1.301,00 m2, inscrito no Livro de Transcrições nº 3, folhas 68, nº 653, de 27 de abril de 1936, Escritura Pública de Doação lavrada em 08 de fevereiro de 1936, pelo Tabelião M. J. Gonçalves, da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, contendo um prédio antigo, onde estava ins-

talada a antiga Agência Estadual de Rendas da Secretaria de Estado da Fazenda, na Cidade de Sengés, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés deverá efetuar as reformas e adaptações para instalar sua sede social no prazo mínimo de 2 anos, a contar da data de assinatura da escritura pública de doação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O Poder Executivo, ao fazer a doação de parte do imóvel localizado no lote nº 105, da Rua Expedicionário Anélio da Luz, na Cidade de Sengés, estará dando condições ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para que instale sua sede própria, com dependências para atendimento médico, dentário e jurídico, aos trabalhadores rurais de Sengés e também de Jaguariaíva, onde mantém sua base de extensão territorial.

O prédio existente no imóvel, onde funcionava a antiga Agência Estadual de Rendas, da Secretaria de Estado da Fazenda, que se pretende doar àquela entidade sindical, está em péssimas condições de conservação e abandono, visto que não vem sendo utilizado para nenhuma atividade, servindo como local de encontros de desocupados e arruaceiros, que para lá se dirigem no período noturno, causando certos transtornos à vizinhança e à comunidade em geral.

A Agência de Rendas, vem utilizando somente uma parte do imóvel, que faz frente com a Rua da Matriz, onde está localizada a sede do órgão, e a residência do coletor.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés, desde a sua fundação em 1986, vem tentando adquirir uma área para construção de sua sede própria, mas nunca alcançando seus objetivos por falta de condições financeiras, visto que os recursos arrecadados com mensalidades e promoções, são aplicados integralmente na assistência médica, dentária e jurídica de seus associados e dependentes.

A doação desse imóvel para aquela entidade, será uma retribuição do Poder Executivo aos relevantes servi-

ços que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais vem prestando ao trabalhador e ao pequeno produtor rural de Sengés, demonstrando que os problemas sociais não devem ser vistos pelos governos, mas também pela comunidade, desde que estejam reunidas em uma entidade de classe.

PROJETO DE LEI Nº 073/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida - Comitê da Cidadania, com sede e foro na Cidade de Londrina / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Cidadania conta a Fome, a Miséria e pela Vida - Comitê da Cidadania, fundada em fevereiro de 1998, é uma sociedade assistencial sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com foro e sede na Cidade de Londrina / PR.

Tem como objetivo o amparo, a promoção, a recuperação, a reintegração e a garantia dos direitos de cidadania das pessoas, gratuitamente e sem distinção de qualquer espécie, no âmbito municipal.

PROJETO DE LEI Nº 074/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Sucesso - PR, com sede no Município de Bom Sucesso / PR, e foro no Município de Jandaia do Sul / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Sucesso - PR, é uma entidade civil de caráter filantrópico, que tem por finalidade a assistência à saúde e à educação dos excepcionais, proporcionando, de forma

gradativa, a sua reintegração à sociedade.

Consta entre suas atividades a assistência médica e alimentar aos excepcionais, programas de desenvolvimento de suas aptidões e, ainda, programas permanentes de prevenção das formas de deficiências.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada a este segmento da comunidade.

Por estas e por várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 075/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento das tarifas de pedágio, na Ponte de Guaíra e nas Praças de Pedágio das rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado do Paraná e concessionadas à iniciativa privada, os caminhões com dois ou mais eixos que estejam registrados e licenciados nos DETRAN's do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei entende-se como caminhões os seguintes veículos:

I - caminhão leve;

II - caminhão trator;

III - caminhão trator com semi-reboque;

IV - caminhão com reboque.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná, ao implantar a concessão de rodovias estaduais e federais delegadas às empreiteiras e à adoção do sistema de pedágio, penaliza a sociedade paranaense de duas maneiras.

A primeira, de forma direta e individual, quando obriga o cidadão a pagar tarifas de pedágio quando se deslocar no território paranaense, seja em veículo próprio ou no sistema de transporte coletivo interurbano.

A segunda, de forma indireta e com caráter coletivo, tendo em vista que o pedágio irá encarecer o frete do transporte de cargas, com reflexos

imediatos sobre o preço dos produtos para o consumidor final e a perda de rentabilidade e competitividade para os setores produtivos do Estado, pondera.

Comprovação desta afirmação, segundo o deputado, é o recente estudo feito pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, o qual demonstra que a instituição da cobrança de pedágio nas estradas do Estado irá provocar um acréscimo médio de 3,5% sobre os custos de produção de soja e de 5,8% sobre os custos de produção do milho.

O mesmo estudo revela ainda que o impacto do pedágio nos custos de produção representa cerca de 20% sobre os ganhos do produtor de milho do Estado.

A OCEPAR alerta que a cobrança do pedágio implicará na mudança do tipo de transporte para a movimentação da safra e a busca de portos alternativos ao Porto de Paranaguá.

A isenção da cobrança de pedágio para os caminhões licenciados no Paraná e Mato Grosso do Sul é, portanto, plenamente justificável, porque minimizará os impactos negativos sobre as atividades econômicas no Estado do Paraná, principalmente em relação à agricultura, recuperando a competitividade sistêmica do Estado em relação às outras unidades federativas, corrigindo em parte o equívoco do Governo do Estado ao adotar o sistema de pedágio.

#### PROJETO DE LEI Nº 076/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o viaduto de acesso da BR-369 (ligação Cambé-Londrina) denominado Viaduto Madre Leônia Milito.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

Madre Leônia Milito, conforme biografia em anexo, foi exemplo de dedicação e trabalho em prol dos necessitados. Por onde passou, espalhou sua luz espiritual sempre em benefício dos mais necessitados e daqueles que dela precisavam.

No Município de Londrina, em 1958, juntamente com Dom Geraldo Fernandes, Madre Leônia Milito deu início a uma nova Congregação Religiosa, a Congregação das Missionárias de Santo Antônio Maria Claret, que congregou e reuniu muitas vocacionadas a anunciar o Reino de Deus e servir aos mais pobres. Foi Superiora Geral da Congregação por 2 anos consecutivos e espalhou, com o apoio de Dom Geraldo Fernandes essa família religiosa pelos 5 continentes.

No dia 22 de julho de 1980 perdeu a vida tragicamente no local onde está sendo construído o viaduto que liga os Municípios de Cambé e Londrina. Local de tráfego intenso e grande periculosidade e que já foi palco de diversos outros acidentes graves, esta obra é hoje um grande passo em direção ao desenvolvimento daquelas cidades, além de ser fundamental para a segurança de todos que por ali trafegam.

Pela dedicação de Madre Leônia Milito, queremos homenageá-la dando seu nome a este local, onde tantas vezes passou e onde entregou sua vida ao Pai Maior, após tantos anos de trabalho em prol dos irmãos.

#### PROJETO DE LEI Nº 077/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Rita II, com sede e foro no Município de Londrina / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) BETO RICHA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores tem como objetivo básico congregar os habitantes do conjunto em torno de seus interesses fundamentais, buscando soluções para seus problemas, promovendo o desenvolvimento comunitário, como apoio e manutenção de grupo de trabalho com crianças/adolescentes, em diversas atividades. Pré-escola comunitária para 50 crianças, com trabalho pedagógico e alimentação, cursos de música, modelagem e dança de salão, além de outros benefícios que a entidade proporciona à comunidade.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 397**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 462/97, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) NEIVO BERALDIN

**REQUERIMENTO Nº 390**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar à família Ferreira, pelo falecimento do Sr. Valmir Ferreira, ocorrido no dia 21 de março do ano em curso.

Valmir Ferreira foi figura de destaque e grande incentivador das práticas esportivas em Irati. Foi uma vida dedicada aos esportes, foi Secretário Municipal do Esporte no período de 1988 a 1992. Atualmente dedicava-se ao Futebol Rural.

Casado com Maria Osinski Ferreira, com quem teve 3 filhas: Carin, Carla e Cátia.

Profundamente chocados com súbita perda, fica a saudade e a lembrança do amigo e companheiro.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, decrete sobre seus familiares fé, força e alento, neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 394**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Arichernes Carlos Boggo, ocorrido no dia 24 de março do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto senhor.

O Sr. Arichernes Carlos exerceu grande liderança política na região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) PÉRICLES MELLO

**REQUERIMENTO Nº 398**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada, votos de profundo pesar, pelo falecimento do advogado e político Arichernes Gobbo, ocorrido no último dia 24 de março, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

O passamento do advogado e ex-Vereador Arichernes Gobbo, consternou toda a comunidade residente na Cidade de Ponta Grossa/PR, pois tratava-se de uma pessoa de grande valor e inúmeras qualidades.

Atuou de forma ilibada em toda a sua vida pública, sendo vereador nos anos de 1963 a 1997, chegando a ocupar o cargo de Presidente do Poder Legislativo Municipal da capital dos Campos Gerais.

Recebeu 19 títulos, certificados e diplomas em toda a sua folha de serviços prestados, colocando sempre os interesses da população pontagrossense acima de preocupações pessoais.

Participou eficazmente da criação do Projeto Alagados, da criação do CPT, do primeiro plano diretor de Ponta Grossa, do FUREBOM, e do atual Pronto-Socorro Municipal, além de participar também da elaboração do Estatuto do Servidor Público Municipal, entre tantos outros projetos importantes para a vida da cidade.

Com certeza, Arichernes Gobbo deixa um grande legado de vida exemplar para os que conviveram com esta pessoa extraordinária.

**REQUERIMENTO Nº 380**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Pedro Herbio de Araújo, mais conhecido por "Cuca", e que completou 40 anos de vida artística. Nasceu no dia 12 de dezembro de 1946, em Urussanga - SC, mas viveu desde bebê em Butiá - RS. Começou muito cedo, aos 11 anos de idade, sua brilhante carreira artística, em Butiá, como músico, percussionista e cantor. Entre inúmeras via-



gens, ficou 02 (dois) anos em Punta del Leste - Uruguai. Realizou excursões e shows na Argentina, Venezuela, Uruguai, Chile, enfim, é conhecido na América do Sul e Central. Chegou em Curitiba-PR nos anos 80, gostou e por aqui ficou. Hoje considera-se paranaense de coração. Constituiu sua família, sendo pai de 02 filhos e considerando a sua casa a nossa cidade. Homem dinâmico, lutador, corajoso, profissional sério e competente. Toca de tudo um pouco, incluindo MPB e os mais variados ritmos. Agrada a todos os gostos, alegrando as noites curitibanas. "Cuca" é realmente uma personalidade das mais destacadas no cenário artístico paranaense e os 40 anos de vida artística como músico, percussionista e cantor, merece toda a nossa admiração e respeito. Para que esse sentimento de agradecimento e respeito que hoje dedicamos à pessoa maravilhosa que é "Cuca", peço que registre-se nos Anais da Casa este voto de louvor, com os meus sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis e de todo o povo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Mellowitt Empreendimentos Médicos, que em 06 de abril do corrente comemorará o 7º ano de sua fundação. Empresa genuinamente paranaense, iniciou suas atividades no ano de 1991 e ao longo destes anos sempre primou pelo excelente atendimento aos seus clientes. Trata-se de uma empresa que comercializa equipamentos médicos e hospitalares e proporciona suporte técnico para hospitais e clínicas. Representante de companhia americana, atua na área de importação para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A verdadeira filosofia de trabalho da Mellowitt consiste no mais amplo respeito aos seus clientes, às suas necessidades e as dos pacientes dos clientes que lhes são encaminhados. Qualidade dos produtos, do atendimento, dos serviços, agilidade de suporte técnico, tradição, aliados

aos conceitos de modernidade, constituem-se no ponto chave dessa empresa, motivo pelo qual conquistou liderança de mercado na sua área de atuação. Esta manifestação de júbilo se estende, portanto, aos sócios Antonio Carlos Muller Mello e Antonio Carlos de Witt, bem como aos funcionários e prestadores de serviços. Os melhores cumprimentos desta Casa, que se torna instrumento de toda a comunidade paranaense, desejando sucesso e muitas realizações.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Irene Porcides, residente à Rua Balsa Nova, nº 136 - Jardim Guaraituba, a qual, em nome de todos os moradores, solicita reparos nas ruas do bairro. As mesmas estão cheias de buracos, intransitáveis e desta forma, causando muitos transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Aparecida Célia Nunes da Silva, residente à Rua São José dos Pinhais, nº 347 - Jardim Roma, a qual, em nome de todos os moradores do local, pede providências quanto as ruas que encontram-se intransitáveis, quanto ao esgoto que corre à céu aberto pelas ruas, quanto a enorme proliferação de ratas e também quanto à iluminação pública, que encontra-se deficiente e que necessita ser ampliada. O Jardim Roma encontra-se abandonado e os moradores sofrendo muito, devido aos sérios transtornos que os problemas citados vêm lhes causando. Informações complementares podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 254-7659 (com.). As providências necessitam ser tomadas com urgência, a



fim de proporcionar aos moradores condições mínimas de sobrevivência.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 384

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de providências quanto a implantação de uma melhor sinalização na BR-116, no trecho de acesso ao Jardim Menino Deus, no Município de Quatro Barras - PR, cruzamento com a Rua Carlos Sbricia. Neste local o movimento é intenso, pois dá acesso a dois bairros de Quatro Barras, ocorrendo vários acidentes, alguns com vítimas fatais. O ideal seria a construção de uma passarela, a qual, com certeza, proporcionaria maior segurança para os transeuntes. O pedido está sendo feito pela Sra. Alessandra Mesquita dos Reis e seu telefone para contato, se necessário, é 338-0542.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 385

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de reiterar o pedido feito pelo Sr. José Garcia, através deste Gabinete Parlamentar, sob Requerimento LCM/AL/13.014 datado de 12/11/96 (cópia anexa), referente a organização e denominação oficial das vias públicas do Jardim Tatiana. O pedido ainda não foi atendido e está impedindo outros órgãos públicos em realizar benfeitorias no local. Anexo seguem cópias das respostas da SANEPAR, COPEL e Correio a outros pedidos deste gabinete, os quais só dependem de providências dessa Prefeitura para serem atendidos. Os loteamentos do Jardim Tatiana não são áreas invadidas e sim legalizadas, seus proprietários adquiriram-nos com muito sacrifício e infelizmente nenhum benefício estão recebendo. "O poder público tem o dever de proteger os cidadãos, dando o mínimo de condições para sua sobrevivência", motivo pelo qual o

Sr. José Garcia, em nome de todos os moradores do Jardim Tatiana, implora pelo atendimento do presente pedido, o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando informações sobre quais as fontes de recursos que viabilizaram a aquisição de 224 ambulâncias e quais os critérios adotados para distribuí-las.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a política de distribuição dos referidos equipamentos e constando que os recursos do REFORSUS estão servindo para aliciaamento de prefeitos e lideranças no interior do Estado, este Deputado espera ver o presente requerimento aprovado pelos Srs. Parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 399

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada correspondência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Henrique Lenz César, solicitando que na Reforma Judiciária a região da Cidade Industrial de Curitiba seja contemplada com um Cartório de Registro Cível.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Com mais de 30 mil habitantes, a Cidade Industrial de Curitiba comemora 25 anos de fundação. Com vida própria, a CIC abriga, além das centenas de grandes empresas, milhares de micro e pequenos empresários que precisam se dirigir aos bairros vizinhos para a utilização dos serviços dos cartórios de Registro Cível.

A implantação do serviço na Cidade Industrial de Curitiba virá beneficiar população e empresários do bairro, merecendo o apoio desta Casa de Leis, no sentido de facilitar a vida dos moradores desta promissora região.

REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada correspondência ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Manoel Garcia Cid, solicitando a instalação de um Posto Avançado do BANESTADO na Cidade Industrial de Curitiba, a ser situado próximo do Terminal Rodoviário da CIC.

Sala das Sessões, em 30.03.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Cidade Industrial de Curitiba possui atualmente mais de 30 mil habitantes, revelando o sucesso do empreendimento iniciado há 25 anos. Apesar desta realidade que envolve moradores e empresários, a CIC ainda não dispõe de uma unidade do banco para que micro e pequenos empresários - e até mesmo os correntistas do BANESTADO - possam recolher as guias do GR, do ICMS e demais tributos estaduais e municipais.

Segundo a Associação Comercial da Vila Nossa senhora da Luz, todos os meses os funcionários das empresas situadas na CIC são obrigados a se deslocar para o bairro Pinheirinho, onde existe a agência do BANESTADO mais próxima da CIC. Isto, sem contar com o fato de que os clientes do banco são obrigados a procurar agências no Portão, Novo Mundo e outros bairros, partindo do terminal da CIC.

Por esta situação, estamos solicitando ao BANESTADO a instalação de um posto avançado do BANESTADO próximo ao Terminal Rodoviário, o que viria a beneficiar milhares de empresários e clientes do banco que moram na Cidade Industrial de Curitiba. Pedimos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento que visa corrigir esta injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças:

PMDB, PSN, PSDB, PL, PPB, PTB, PDT, PFL, Liderança do Governo.

(Todos declinam)

O único orador inscrito antes da Liderança do Governo, o ilustre representante do PT, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente  
Deputado Luiz Carlos Zuk, Srs.  
Deputados.

Na última quinta-feira, fomos, de certa maneira, surpreendidos pelas notícias que corriam de Brasília ao Paraná, de que o Governo do Estado do Paraná, através de seu Secretário de Finanças Giovani Gionedis, estava acertando com o Banco Central uma proposta de saneamento do Banco do Estado do Paraná.

No entanto, para nossa surpresa, diferente daquilo que tinha sido acordado e votado na Assembléia Legislativa, com a condição de privatização do BANESTADO.

O que se confirmou na sexta-feira, com as notícias na imprensa, com a vinda do Secretário ao Paraná e divulgando uma nota oficial, de que o Banco Central haveria autorizado, concordado com a proposta de saneamento do Banco do Estado do Paraná, com os valores referentes a 2 bilhões e 600 mil reais.

Segundo as declarações do Secretário das Finanças, ainda hoje, pela Rádio CBN, essas dívidas do Banco do Estado do Paraná foram contraídas em governos anteriores.

O Sr. Giovani Gionedis faz referência explicitamente na imprensa escrita ao Governo do Sr. Álvaro Dias e ao Sr. Roberto Requião.

Vejo, que de certa maneira, antes de entrar no mérito dessa discussão, o Secretário de Finanças tratou como num gesto de habilidade "marqueteira", tentar transferir de imediato a responsabilidade dos problemas do Banco do Estado há dois governos passados, dizendo o seguinte: estamos resolvendo os problemas do Banco do Estado, que os governos passados nos deixaram.

No entanto, o Secretário, em momento algum explica, e é preciso que esta Assembléia cobre explicações. Porque no dia 22, 23 de dezembro do ano que passou, em convocação extraordinária, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná votou uma mensagem do Sr. Governador Jaime Lerner, mensagem esta endereçada ao Sr. Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com o protocolo de nº 741/97.

Vejam bem, Srs. Deputados, dia 31 de dezembro, ao terminar o ano de 97, após 6 meses de negociações do Banco Central com 16 técnicos fazendo

uma garimpagem nas contas do Banco do Estado do Paraná, uma equipe formada de diretores e ex-diretores do BANESTADO, juntamente com técnicos da Secretaria de Finanças do Estado do Paraná. O resultado deste estudo culminou no envio de uma mensagem ao Poder Legislativo, tratando do saneamento das dívidas do Estado do Paraná e também do saneamento do Banco do Estado do Paraná, num prazo de 30 anos, com juros a serem pagos por 6 meses.

Aqui neste texto, estão circunscritos o refinanciamento da dívida mobiliária, R\$ 475.000.000,00; o refinanciamento da dívida do BADEP, perto de R\$ 575.000.000,00, junto ao FDE. Dívidas do Banco do Estado do Paraná, que dizem respeito a reflorestadora, a créditos de difícil recuperação, a carteira de fomento do antigo BADEP, que foi assumida pelo Banco do Estado do Paraná ainda no Governo de Roberto Requião, no valor de R\$285.000.000,00. O PROAGRO, o ECVS no valor de R\$ 279.000.000,00, a securitização das operações rurais, no valor de R\$ 102.000.000,00.

Tudo isso, tudo, somam um total de R\$ 460.000.000,00. Pois bem. Naquela oportunidade a Assembléia Legislativa votou, por unanimidade, este projeto de lei, que é a lei que existe hoje. E esta lei prevê o saneamento do Banco do Estado. Qual é a conta do Banco do Estado? A conta do Banco do Estado, segundo os dados do Banco Central e dos próprios técnicos do Governo do Estado, estaria à época, dia 31 de dezembro, perto de R\$700.000.000,00.

Segundo a Medida Provisória 1.590, no seu artigo 7º, prevê que o Estado do Paraná, para sanear o Banco do Estado, teria que entrar com 50% deste valor e a União, com os outros 50%.

Sendo assim, o Governo do Estado do Paraná, mandou, no artigo 5º, o seguinte texto: "Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução ou garantia a órgãos federais, ações que detém da Companhia Paranaense de Energia, a COPEL, até o limite de R\$ 350.000.000,00, para fazer aporte no Banco do Estado do Paraná, conforme Medida Provisória 1.590, artigo 7º, item III.

Ora, preciso de uma explicação do Secretário de Finanças! Acho que precisamos ter uma explicação. Ou estes números, esse projeto que o Governo do Estado do Paraná mandou não era verda-

deiro e esses números são números falsos, ou algo absolutamente anormal, dentro das contas do Banco do Estado do Paraná e do Governo, aconteceu no período de janeiro a fevereiro! Um furo estrondoso nas contas do BANESTADO e do Governo! Porque, como depois de 6 meses de estudos técnicos, de levantamento contábil, vejam bem, aconteceu apenas o mês de janeiro e fevereiro, o mês de fevereiro, sabemos muito poucas operações aconteceram.. É o mês de férias, carnaval, etc. E o mês de janeiro é o mês que o Governo arrecada bem, porque se não me engano, o número referente é de R\$ 260.000.000,00 de ICMS, é referente à circulação de mercadorias que aconteceu no mês de dezembro, quando há um aporte de capital muito grande na economia, em função do pagamento do 13º salário. Seja pela iniciativa privada, seja pela iniciativa pública, sabemos disso.

E nenhuma obra, nenhum cataclisma aconteceu nesses 60 dias. E, de repente, aparece - véspera da assinatura do acordo, véspera de final de semana - o Secretário das Finanças do Estado do Paraná, Giovani Gionedis, dizer que o Banco Central não concordava, e que o Governo do Paraná só tinha uma saída para resolver os problemas do Banco do Estado, que é a privatização do nosso Banco.

Ora, está muito mal explicado isso. Vamos argumentar algumas questões que tentam fazer com que a população acredite que sejam verdadeiras, mas não são.

Deputado lá de Cascavel, Edgar Bueno, o senhor sabe que tínhamos um Banco aqui, chamado Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP. O senhor sabe quais eram as operações que o BADEP sempre fez no Estado do Paraná? O BADEP captava recursos do BNDES, no Brasil e no exterior, a juros baixos, e emprestava esses recursos para a criação, construção de indústria e programas de desenvolvimento no Estado do Paraná. Sabem quando que foi criado o BADEP? Não foi criado nem neste Governo, nem nos dois últimos governos. O BADEP é uma instituição que tem mais de 35 anos de existência no Estado do Paraná.

O BADEP financiou, Deputado Luiz Carlos Martins, toda a Cidade Industrial. E agora, há uma semana atrás, o Governador foi comemorar, juntamente

com o Prefeito Cássio Taniguchi, os 25 anos da Cidade Industrial.

Os senhores sabem daonde vieram os recursos para a compra dos terrenos, para a construção da infraestrutura da Cidade Industrial? A liberação de empréstimos para a Siemens, para a Equitel, para a Inepar, Plastipar, para todas essas empresas, para um sem número de empresas? Vieram do BADEP. Este órgão que financiou a Cidade Industrial de Curitiba.

Sabem daonde vem o recurso que financiou a CODEL? Veio do BADEP. Sabem quando que foi feita a dívida do Atala, que segundo números contábeis do BANESTADO chega ao número de 700 milhões de reais, de empréstimos feitos junto ao BADEP, na época do Governo em que o Ministro da Fazenda era Delfin Neto e implantou o processo "Parque de Usinas" para extrair o álcool da cana-de-açúcar, para fazer um grande programa no Brasil inteiro e liberar recursos e mais recursos. O processo do Atala é oriundo desta época - e depois não deu certo. E o Estado do Paraná é quem tem que pagar? Ficou aonde essa dívida? Ficou no BADEP, no Banco do Estado do Paraná.

E tenho visto a falta de sinceridade, de honestidade com a história, a falta de transparência nas palavras do Governo do Estado do Paraná, quando simplesmente diz o seguinte: os problemas do BADEP foram problemas do Governo Álvaro Dias. Não é verdade. Acho que até podia ter uma outra solução, que a liquidação do BADEP no Governo Álvaro Dias. Mas o BADEP foi liquidado, e todos os economistas sabem disso, porque a inadimplência do BADEP, oriunda deste período - o Deputado Valdir Rossoni talvez não saiba, porque não sei há quanto tempo é Deputado, e não é aqui da nossa região de Curitiba. Mas, Deputado Valdir Rossoni, tem vários empresários que pegaram dinheiro do BADEP aqui na Cidade Industrial, não construíram um único barracão, ficaram devendo e não pagaram nada para o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Então, essa falsidade, essa aversão farsesca de apresentar o BADEP como um problema simplesmente contábil, de que é do Governo Álvaro Dias, do Governo Roberto Requião, é algo que não dá para aceitar. Porque o BADEP é algo de todos os paranaenses. Ele financiou a indústria do Paraná e se teve indústrias que tiveram sucesso,

como essas que estão aí na Cidade Industrial, temos que louvar pela ação de fomento que o BADEP teve naquele momento. Mas, não podemos afirmar que as dívidas do Estado hoje são, única e exclusivamente, porque o BADEP foi liquidado.

Vejam bem, não dá para o Secretário Giovani Gionedis vir aqui dizer o seguinte: que o problema do BADEP é problema de governos anteriores. Foi um problema do Ney Braga, do Jaime Canet, foram financiamentos de setores industriais dos quais financiou aqui para Curitiba.

O Jaime Lerner fez corretamente naquele momento, não teve culpa se empresários que pegaram o dinheiro acabaram não pagando e outros empresários que pegaram dinheiro, deram certo. Ótimo. Mas agora, fazer essa transferência mecanicamente, querendo atribuir a culpa dos problemas do Estado do Paraná a este ou aquele Governo, é uma falta de postura ética para com o nosso povo a toda prova. A toda prova!

Gostaria de saber por que o Governo do Estado do Paraná, através do seu Governador, o Sr. Jaime Lerner, não foi ao Banco Central, não pediu o apoio à Bancada Federal; não pediu apoio à Bancada dos Senadores; não levou à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos dispomos a isso, porque aprovamos isso com a integralidade dos votos aqui na Assembléia, para que o Banco Central, de acordo como manda a lei, não precisa mudar a lei, não precisa baixar nenhuma norma, nenhuma resolução no Banco Central, para que ele aceitasse os 350 milhões em ações da COPEL, para garantir o saneamento do Banco do Estado do Paraná. Por quê? Não quero acreditar nisso, porque no fundo, a equipe que está negociando esse processo no Banco Central, já tinha, desde dezembro, o endereço certo da venda do Banco do Estado do Paraná. Não dá para entender. Porque há questão de 10 dias, antes desse processo estar finalizado lá em Brasília, já corriam boatos, tanto aqui na Assembléia, quanto no Governo e no Banco do Estado, o interesse do BRADESCO, do HSBC, do João Mallucelli e de outros banqueiros internacionais na compra do Banco do Estado do Paraná.

Vamos olhar o cenário brasileiro. Vamos olhar os Bancos estaduais. Vamos olhar os Bancos privados. Diga-

me o único Banco que precise de apenas 350 milhões de reais para ficar saneado. São 10 mil empregos diretos no Banco do Estado que sobrevivem desse trabalho. A economia do Paraná, o BANESTADO detém hoje, 50% do mercado financeiro. Se esse Banco for vendido para qualquer outro banco que tenha rede ou associado com Banco que tenha rede no Paraná, sabem o que vai acontecer? Esses Bancos só interessam a carta patente do BANESTADO, os bons clientes do BANESTADO, e o resto dos seus funcionários serão colocados no olho da rua.

Vamos recuperar o que aconteceu com o BANERJ. O Itaú comprou o BANERJ. Disseram que não haveria demissões, que iriam aumentar o quadro de funcionários no Estado do Rio de Janeiro. Vamos ver o que aconteceu 2 anos e 7 meses após: 60% dos funcionários do BANERJ foram colocados no olho da rua, e o Congresso Nacional teve que autorizar, no Senado Federal, um aporte de 3 milhões para socorrer o Fundo de Pensão do BANERJ, porque foi vendido para a iniciativa privada.

Ora, é preciso desmistificar esses números, o Governo está mentindo para a população. Não são 2 milhões e 600, o Banco do Estado do Paraná é saneado com 350 milhões.

O problema é o seguinte, Deputado Valdir Rossoni - e vamos ser verdadeiros, claros e vamos ser honestos, sinceros: o Governo do Paraná prefere colocar o Banco do Estado à venda, não aportando 350 milhões de ações da COPEL, para salvar esta empresa pública, que tem 10 mil empregos e tem uma história de desenvolvimento no nosso Estado. O Governo do Paraná prefere entregá-lo, vendê-lo a preço vil, que agora as ações do Banco estão baixando e vão baixar mais ainda, já que tem gente comprando. Sabe por quê? Porque o Governo tem outros interesses econômicos.

Eu me pergunto: qual é a lógica deste Governo, que oferece para a Renault, créditos do FDE, de 1 bilhão e 800 milhões para serem pagos em 10 anos, numa empresa que cria 500 empregos diretos, nos primeiros 4 anos e se chegar no patamar de 120 mil carros, vai congrega 1.200 funcionários diretamente na sua fábrica? Qual o raciocínio que pode sustentar isso? Abrir mão de um Banco que, se for saneado, é comprovado, dá lucro, traz desenvolvimento, garante o emprego, ajuda o pe-

queno agricultor, ajuda o desenvolvimento econômico, e o exemplo disso é o BANESPA.

Mário Covas, qual era a dívida de São Paulo? 57 milhões de reais, sendo 20 bilhões responsabilidade do BANESPA. Dívidas essas do Governo para com o BANESPA. O que fez o Mário Covas? Enfrentou o Governo Fernando Henrique Cardoso, no seu partido, saneou o Estado de São Paulo, saneou o BANESPA, que será federalizado, e provavelmente será privatizado. Mas olhem a pujança do BANESPA no mercado financeiro, de toda a história, de todos os Bancos do Brasil, é o que mais apresenta lucro nos últimos 2 anos. Chegou ao lucro astronômico, agora, de 2 bilhões 780 milhões de reais. Este é o maior lucro da história, feito por uma empresa financeira. Caro, foi saneado!

O Banco do Estado pode trilhar o mesmo caminho. Não há outra possibilidade de que as coisas dêem errado, a não ser que a gente vá gerir o Banco do Estado, muitas vezes, como vem sendo gerido, permitindo que um Secretário de Estado, antes de assumir a Secretaria, na condução de uma empresa do Banco, faça roubo dentro do Banco.

E Vossas Excelências sabem que foi roubo. É roubo mesmo, na ordem de debêntures, de perto de 300 milhões. Os números mostram que a BANESTADO Leasing já tem um prejuízo de 170 milhões, das operações do período do Osvaldo. O Governador não permite que o Osvaldo deixe de ser Secretário, para que ele entregue o seu sigilo bancário no Ministério Público Federal e no Ministério Público do Estado do Paraná. Sabem por quê? Porque ele, como Secretário, tem foro privilegiado. Só o colégio de desembargador pode quebrar o sigilo dele. O pedido já foi feito pelo Ministério Público, e no entanto, não consegue proceder as investigações.

Então, meus caros colegas, acho que essa preocupação é de toda a Assembléia. O Governo tem que explicar para nós, Deputado Rossoni, para o senhor, para mim, por que essa negociação aqui não deu certo, e se não podemos ir à Brasília, amanhã, antes do Governador assinar junto com a Bancada Federal - todos os Deputados concordam com isso aqui, conversei com vários, duvido que tenha um Deputado Federal que faça opção pela privatização. Não tem! Pode até ser, no futuro, mas numa condição privilegiada para o Paraná,

numa condição privilegiada para o Banco do Estado do Paraná.

Particularmente, acho que tem que continuar como Banco público. Mas, no entanto, quero saber por que não negociamos esse acordo que foi votado na Assembléia? O que aconteceu de tão grave nesses 2 meses que levou o Governo do Estado do Paraná a retroceder desta iniciativa e aceitar o que o Banco Central está dizendo, aliás, não é aceitar o Banco Central, porque duvido que o Banco Central diga isso para 30 Deputados Federais e 54 Estaduais, ou esta Assembléia não iria, toda ela, amanhã, se não houvesse a perspectiva, junto ao Governador do Estado, Jaime Lerner, para pressionar, para que o Banco fosse Banco público. Claro que vai! Lógico que vai! O senhor vai, Deputado Reny Borsatto, você vai, Deputado Accorsi, o João Techy vai, Neivo Beraldin vai. Todos vamos, junto com o Governador, se ele bancar esta proposta. Os 3 Senadores irão. Qual é o problema? É vender o Banco do Estado então e escamotear para a opinião pública quais são os problemas do Banco? Os problemas do Banco não são do Banco, são do FDE, são do Tesouro do Estado.

O BADEP é responsabilidade do FDE. A dívida mobiliária é responsabilidade do Governo do Estado, e agora, querem atribuir ao Banco do Estado, uma culpa que ele não tem!

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado, quero dizer para Vossa Excelência que vários números que Vossa Excelência está citando, discordo. Vossa Excelência também fala que o Governo não fez esforços.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só quero lhe interromper.

O senhor leia a lei que o senhor votou, nº 741/97. Estou me referindo a uma lei votada.

O Sr. Valdir Rossoni - Se Vossa Excelência me permitir o aparte, não estou falando desses números. Estou falando de outros números, e quando o Secretário Giovani Gionedis coloca sobre os números, temos que admitir que houve má gestão do BANESTADO por vários e vários anos.

Não queremos determinar datas e períodos de Governo, mas Vossa Exce-

lência sabe muito bem e quando o Governador Jaime Lerner recebeu o Governo, recebeu o BANESTADO num redesconto de 700 milhões, e que hoje o BANESTADO está num redesconto de 400 milhões.

Houve um esforço muito grande por parte do Governo do Paraná, para salvar o Banco.

Só queria dar este aparte e dizer que o Secretário Giovani Gionedis viajou hoje para Brasília e tão logo volte, estará aqui nesta Casa, trazendo os números exatos de como foi feita a negociação.

Quando Vossa Excelência diz aqui também de alguns números, do porquê de 2 bilhões e 700, que dizer que tem dois assuntos importantíssimos. Esta sendo feita...

O SR. ÂNGELO VANHONI - A negociação do FUNBEP - 300 milhões para admissão.

O Sr. Valdir Rossoni - Isso mesmo! São 800 milhões. O fato importantíssimo que o Governador negociou com o Banco Central, é a criação da nossa agência de fomento, onde temos garantidos 600 milhões para serem investidos nas pequenas e médias empresas paranaenses, e já iniciamos com 100 milhões em caixa e com 500 milhões, abertos no BNDES para socorrermos as empresas pequenas e de médio porte.

Quero dizer que não é o desejo nem do Governador Jaime Lerner e nem o nosso desejo que isso estivesse acontecendo com o BANESTADO, mas Vossa Excelência sabe muito bem que a gravidade da situação do BANESTADO é muito grave e que a medida que está sendo tomada, é responsável.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Não sei mais em quem acreditar na vida, nesses 3 anos e pouco, 4 anos que estou aqui... não sei mais em quem acreditar, porque no ano de 95, a Assembléia Legislativa, envolvida no caso do problema do Banco del Paraná, solicitou a vinda do Miguel Salomão, Secretário de Finanças de então, a esta Casa.

Tenho as cópias taquigráficas e do Sr. Antonio Fayet. Foi dito aqui para nós todos, que a situação do Banco do Estado do Paraná, naquele período, no começo de 95, eu acho que foi maio de 95, de que a situação do Banco do Estado era invejável no cenário nacional. Está nas matérias que foram



veiculadas: declarações do Miguel Salomão e do Dr. Antonio Fayet.

Não sei mais em quem acreditar porque o Governo vem e diz uma coisa, depois vem outro do Governo diz outra e outra, vem outro e outra e assim por diante. E o Deputado Valdir Rossoni vir afirmar que o Governo do Estado do Paraná fez um esforço nesses 3 anos para resolver o problema do Banco! Ora, Deputado...

O Banco do Estado comprou mais de 270 milhões de títulos, que esperava que fossem bancados pelo Governo Federal e está comprovado, nos últimos 10 dias, que não vai comprovar no Governo Federal. E que foi de uma operação fraudulenta no Brasil inteiro. Os prejuízos da Leasing, será que fazem parte deste receituário para melhorar a saúde financeira do Banco do Estado do Paraná?

Agora estamos com uma notícia, Sr. Presidente, de que uma negociação envolvendo 30 milhões de reais, feita recentemente com duas empresas aqui do Paraná, mas que são do mesmo proprietário. Uma com 14 e outra com 15 e pouco. Não quero declinar o nome, mas vou declinar o nome quando estiver com a ata da reunião da diretoria. São 30 milhões de reais. Aceitaram precatórios no valor de 15% do valor de face.

Agora, recentemente, o Banco do Estado aceitou ainda ação de pagamento da CIC, terrenos impróprios para qualquer coisa de liquidez, num momento como este! Sem falar o que aconteceu na BANEESTADO Leasing.

Será que é essa a postura de recuperação do Banco do Estado? A postura do Osvaldo Santos Magalhães, as posturas das negociatas por baixo dos panos, com os grandes empresários do nosso Estado, que são amigos deste ou daquele Secretário e que sabemos que está acontecendo?

E agora vem com a fala fácil de dizer o seguinte: "não, vejam bem, queremos o melhor para o Paraná. Agora, vamos criar a agência de fomento, já temos 100 milhões. Esta foi a grande conquista". Agência de fomento no Estado do Paraná, se for para continuar fazendo o que vem fazendo com o dinheiro do Estado do Paraná, o Governo Federal não deveria liberar um único centavo! Porque me parece que não há bastidor neste Estado, não há repartição de pequena administração deste Estado que não tenha uma denúncia

de problemas de lisura na conduta do dinheiro público, Sr. Presidente.

Será que vamos ficar inertes diante desta situação?

Quero dizer aos senhores. Hoje foi lançado, aqui na Assembléia Legislativa, pela parte da manhã, com a presença de Deputados Estaduais, Federais e 2 Senadores da República e tem apoio do terceiro Senador da República. Constituímos um comitê de defesa do Banco do Estado do Paraná suprapartidário. Várias entidades da sociedade civil.

Vou dizer para os senhores: perco meu mandato, perco meu mandato, não faço mais nada. Mas as 337 agências do Banco do Estado do Paraná em território paranaense, vão se constituir em comitês pela moralidade, pela ética e pela defesa do Banco do Estado até o dia 3 de outubro. Porque, tenho certeza que a hora de tivermos a mídia para poder colocar o que acontece nas finanças do Estado do Paraná e na maneira como estão sendo colocadas, tenho a impressão, posso estar enganado, Deputado Valdir Rossoni, porque nos enganamos, muitas vezes, com aquilo que os outros pensam, e posso estar enganado, mas acredito, ainda, de que a hora que o povo souber, as coisas não vão ficar desse jeito.

Porque é inacreditável, entregar um patrimônio de 10 mil funcionários, uma história na nossa vida de mais de 70 anos, ajudando a desenvolver a economia, o agricultor, a creche, os postos de saúde, a polícia militar, ajudando no desenvolvimento deste Estado, de uma hora para outra, abre mão de uma negociação que o próprio Governo encaminhou à Assembléia, que o Banco Central tinha concordado. E na calada da noite, véspera de um feriado, dois dias antes do prazo final do Banco Central, vir dizer que precisa privatizar o Banco por causa de 350 milhões? É um acinte à nossa inteligência.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Vannoni, nós da Bancada do PMDB estamos de pleno acordo com o pronunciamento que faz Vossa Excelência, até porque na parte da manhã de hoje, estivemos todos reunidos com Vossa Excelência, outros Deputados, entidades sindicais, entidades da nossa sociedade civil organizada, no lançamento desse comitê de defesa do Banco do Estado do Paraná. E não poderia ser



diferente, porque em tantas outras oportunidades, neste Plenário, não só nós, mas outros Deputados do PMDB, se posicionaram de forma clara e transparente em defesa da permanência do Banco do Estado do Paraná, enquanto Banco público estadual.

E também neste instante, não poderíamos, de forma alguma, aceitar essa argumentação última que vem apresentando o Secretário Giovani Gionedis e o próprio Secretário Miguel Salomão, de que os problemas do BANESTADO decorrem de problemas deixados pelos ex-Governadores Roberto Requião e Álvaro Dias.

Todos sabemos e Vossa Excelência explicou com toda a clareza, com toda a praticidade necessária esse esclarecimento, que os problemas hoje atribuídos ao BANESTADO não são seus problemas, são problemas do FDE ou do Tesouro Estadual.

E esses problemas existentes no FDE e no Tesouro do Estado que são atribuídos ao Banco do Estado do Paraná, também não são frutos de irregularidades ou de má gestão da nossa instituição, enquanto no Governo Requião e Álvaro Dias, mas são de fatos que ocorreram há muitos anos atrás, na tentativa de se implementar no Paraná o desenvolvimento, através da implantação da Cidade Industrial de Curitiba, através da CODEL de Londrina, através de financiamentos a tantas e tantas empresas, umas que deram certo e outras, evidentemente, que não lograram êxitos, e conseqüentemente, resultou neste nível de inadimplência junto ao BADEP, que posteriormente foi transferido ao FDE, que é responsabilidade do Tesouro Estadual, mas que o Sr. Giovani Gionedis e o Sr. Miguel Salomão tentam atribuir isso como problema do BANESTADO.

Então, não podemos aceitar que isso venha sendo jogado em cima desses dois ex-Governadores, e por conseqüência em cima de nós, que fazemos hoje parte da bancada oposicionista aqui na Assembleia, porque isso é desviar, mais uma vez, o sentido da verdade que deveria ser mostrada ao povo do Paraná.

Ao atribuir a nós esta responsabilidade, o Governo tenta desviar da discussão principal, que é a privatização do Banco do Estado, com a qual não concordamos, pelo contrário, já nos manifestamos aqui, e o Governo do Estado teve, da parte do PMDB e de

todos os Deputados, o apoio que pediu, em dezembro de 97, para fazer o saneamento das suas dívidas e das dívidas do BANESTADO.

Então, não precisa vir pichar a oposição, atribuir responsabilidades que não são nossas, porque quando o Governo precisou da nossa bancada e das oposições aqui na Assembleia, ele teve apoio nesta luta para sanear o Estado, para sanear e regularizar a situação do BANESTADO, porque somos favoráveis que o Paraná tenha sua situação da dívida mobiliária saneada, alongada por 30 anos, e temos também interesse que o BANESTADO seja reerguido, seja fortalecido, e isso ficou provado, ao longo dos 12 anos em que o PMDB foi Governo no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Vossa Excelência tem um minuto para terminar sua locução.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Antes de passar a palavra para o Deputado Alborghetti, gostaria de deixar aqui, não é bem um desabafo, mas queria deixar aqui para o Deputado Valdir Rossoni, que leve isso para o Governador, leve hoje, Governador do Estado do Paraná que vai amanhã à Brasília, se quiser manter o Banco do Estado como Banco público, se quiser arrancar a proposta de financiamento do Governo Federal, em relação às dívidas do Estado do Paraná, se quiser trazer crédito do Governo Federal, que o Paraná é merecedor, pode marcar amanhã, que vai estar lá em Brasília, duvido que alguém aqui diga que não vai, os 54 Deputados Estaduais, os 30 Deputados Federais e os 3 Senadores, vamos fazer a união que o Paraná precisa na defesa dos seus interesses.

Governador, se quiser, pode nos convocar que iremos amanhã conversar com o Presidente da República, a Bancada Federal não vai se furtar a esse trabalho político na defesa dos interesses do Paraná. E nós, aqui iremos, todos, os 54 Deputados, quero ver o Banco Central dizer para todos nós, em conjunto, junto com o Governador e 3 Senadores, que o Paraná tem que ser prejudicado, que o Paraná tem que privatizar o seu Banco, permitindo a demissão de milhares e milhares de famílias. Duvido que o Banco Central tenha a coragem de fazer isso.

Tenho certeza que nós todos unidos vamos falar com o Presidente do

Congresso, Antônio Carlos Magalhães, vamos fazer aquilo que os baianos, muitas vezes sabem fazer, por vias tortas, vamos fazer pelas vias corretas, da presença política do Estado do Paraná, na defesa dos seus interesses.

Leve este recado para o Governador: estamos dispostos a ir à Brasília, amanhã, junto com ele, marcamos hoje ainda, com os Senadores e com toda a Bancada Federal.

(Ausência de som)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Queremos anunciar a presença em nosso meio, em nome do ilustre Deputado Beto Richa, do Prefeito Valmor, juntamente com as lideranças, de Osvaldo, Ronaldo, Eugênio, Antônio e Nadir, que muito nos honram com as suas presenças - delegação de Palotina.

Com a palavra, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, convidados desta Casa, que nesta tarde se fazem presentes, a imprensa.

Temos uma questão extremamente importante ao Estado do Paraná, e é nestas horas que os homens se diferenciam daqueles que apenas fazem a sua caminhada. Uns marcam as suas caminhadas, as suas trajetórias políticas e de representatividade, e outros apenas caminham.

Chegou o momento desta Assembleia, daqueles que se dizem representantes do povo do Paraná, daqueles que se dizem representantes das pequenas e médias empresas do Paraná, daqueles que se dizem representantes e defensores do pequeno agricultor do nosso Estado, tomar um posicionamento sério, firme, coerente, não só consigo, mas com a história do nosso Estado.

O Paraná tem convivido com governos, ao longo de sua história, os mais positivos, outros menos positivos, uns mais afirmativos, outros negligentes com a história e com o dinheiro público. Mas, nunca na história do Paraná, tivemos um governo que desrespeitasse tanto o erário público, esta Casa e a população do nosso Estado, como está sendo este Governo Lerner.

Não é de hoje que os partidos que fiscalizam o Governo, não é de hoje que os partidos que se opõem a prática, ao desmando com que este Go-

verno tem tratado a economia pública, vem aqui afirmando que uma hora quebraríamos, que uma hora entraríamos numa dificuldade que não teria como reverter.

O Congresso Nacional, através de 2 Senadores do Paraná, não para segurar programas, não para inviabilizar o nosso Estado, mas com a perspectiva da preocupação de futuro, já alertava ao Paraná e as autoridades que o nosso Estado caminhava para a bancarrota, caminhava para uma condição de inadimplência, sem ter condições de volta.

Nunca, nem no malfadado período de Aroldo Leon Perez, comprometeu-se tanto o futuro do Paraná como este Governo, porque não compromete apenas o período no qual ele será responsável administrativamente, mas compromete o futuro das nossas instituições, compromete o futuro do nosso Estado, enquanto um elemento da Federação que sempre tem contribuído e dado o melhor de si.

Começamos entregando a FERROESTE, entregando a administração do Porto de Paranaguá, a título de melhoria da sua capacidade operacional. Entregamos parcela ponderável da maior empresa do nosso Estado, a COPEL, e muitas vezes sem condições do Governo explicar onde foram aplicados os recursos arrecadados com a venda das ações da COPEL.

E temos mais. Hoje, um Banco que há 70 anos presta serviço ao Estado do Paraná na área de desenvolvimento, especialmente dos pequenos e médios agricultores, e já há algum tempo deixou de fazer isso, porque apenas 3% da carteira de empréstimo é dedicado à agricultura.

Mas, temos que ter uma atitude muito séria, porque o Banco começou a quebrar, quando naquela reunião secreta aqui, não tivemos condições de montar uma CPI para abrir as contas do BANESTADO, da BANESTADO Leasing, da BANESTADO Reflorestadora. Ali foi a grande omissão daqueles que têm a responsabilidade de apoiar o Governo, porque se tivessem permitido aquele momento a abertura da CPI, com certeza teríamos a oportunidade de salvar o Banco.

Mas, restam ainda, aqueles que, determinados em fazer o resgate da história. Podemos somar nossos esforços e trabalhar para que o Banco do Estado do Paraná possa ser a instituição modelar que foi no passado, e per-

mitir que possamos continuar alavancando o desenvolvimento do nosso Estado.

Mas, este desenvolvimento precisa de definições muito claras. Não vai se atribuir ao BANESTADO a culpa pelo FDE. O BANESTADO está apenas como gestor e queremos conhecer os balanços do FDE, precisamos conhecer como o Governo do Estado, como a Secretaria de Finanças têm se utilizado, tem se valido deste extraordinário instrumento de desenvolvimento do Estado do Paraná, mas que não tem servido ao Estado e sim a pequenos grupos. Sabemos da responsabilidade que tem nesta quebra-deira do BADEP e BANESTADO.

A Cidade Industrial de Curitiba, hoje comemora 25 anos, festejada, mas todo o Paraná pagou pela incompetência, pela falta de critério na aplicação destes recursos, pagou porque a Prefeitura de Curitiba sempre se omitiu em assumir o seu compromisso junto ao BADEP e depois junto ao FDE. O Tesouro do Estado já saldou da dívida 53 milhões de dólares do Governo Requião, mas não doou à Prefeitura de Curitiba nenhum centavo.

Essas questões estão sendo colocadas hoje, muito claramente. Precisamos da união de todos os paranaenses, especialmente desta Casa.

Não podemos entregar, privatizar um Banco de 70 anos de história. Poucas coisas foram feitas sem a presença desta instituição do Paraná. Nem que esta Casa, ou parcela desta, tenha que se constituir no último escudo da moralidade para a aplicação dos recursos públicos, precisaremos defender com intransigência a venda e entrega desta instituição. Porque dela, o Paraná do futuro irá cobrar, e muito, de nós, pela nossa omissão de hoje.

Vamos marcar a nossa caminhada e não apenas vamos caminhar neste ano de 98! Porque o povo cobrará, como vai cobrar deste Governo, em 4 de outubro, o desmando administrativo. O desmando que se faz hoje no Estado, é uma questão que não podemos permitir que nos seja cobrada em silêncio.

Por isso, o PSDB, como partido, vem dizer que está à disposição para defender a integridade do BANESTADO, como empresa pública da maior instituição do Paraná. E, sem não antes apurar as responsabilidades que aqui têm sido cobradas do Governo e das suas lideranças, pelos desmandos que

têm feito à frente do Governo do Estado.

Sr. Presidente, esta Assembléia precisa, com certeza, tomar uma das decisões mais importantes, e espero que o faça na defesa do interesse público do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Liderança do Governo. Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando ouvia o pronunciamento do ilustre Deputado Vanhoni, logo após ao do Deputado José Maria, perguntava-me, como cidadão paranaense, talvez, neste pronunciamento, teríamos que fazer um desmembramento da história, e até parece que o pronunciamento feito, em nome da Liderança do PSDB, em nome do Deputado José Maria, esqueceu-se que seu partido governou o Paraná através do ex-Governador Álvaro Dias, e também esqueceu-se do mais importante, de que eles têm a responsabilidade do Governo Federal, do qual o Presidente da República é filiado ao seu partido.

Quando recebemos o BANESTADO, o recebemos com o redesconto de 700 milhões, todo dia indo à boca do caixa, emprestando o dinheiro a juros altos. Hoje, estamos com o BANESTADO com 400 milhões de dólares. Foi feita uma luta incansável para salvar o BANESTADO.

Quando ouço algumas pessoas dizerem que querem diferenciar-se do nosso Governo, quero dizer ao ilustre Parlamentar de fazemos questão de nos diferenciar de Vossas Excelências, porque temos uma forma diferente e um jeito diferente de governar.

Só vou citar aqui um exemplo: na questão das rodovias federais, quando você assiste a televisão, de repente você vê pessoas filiadas ao PSDB, fazendo críticas à privatização, dizendo que não se pode dar as rodovias construídas com o dinheiro público. Fazendo de conta que eles podem estar à margem do processo que está acontecendo no Brasil!

Neste final de semana, vi sendo anunciado pelos jornais, a privatização da rodovia 101, que liga Curitiba, Joinville, Florianópolis, e quero dizer que esta rodovia é de responsabilidade do Governo Federal. Quero ainda dizer o seguinte: onde estão os recur-

sos investidos naquela rodovia, feita pelo Governo do Paraná?

Quer dizer que quando o Governo do Paraná assume uma responsabilidade que é do Governo Federal e privatiza as rodovias federais, por falta de conservação, de manutenção e de construção de rodovias, a lei aqui no Paraná não vale, porque eles são diferentes? Ora, era fácil, era só ter assumido a responsabilidade, para que não atrapalhasse o processo de transformação que estamos fazendo neste Estado! Jamais gostaríamos de privatizar as rodovias federais!

Realmente, nós do Governo Jaime Lerner, nos diferenciámos! Os dois últimos governos estaduais agiam de forma diferente... quando as rodovias estavam esburacadas e intransitáveis, as rodovias federais, os Governos estaduais tinham a iniciativa brilhante de colocar nas rodovias federais, placas que diziam: "esta rodovia é de responsabilidade do governo federal". Como se aquela placa resolvesse o problema dos paranaenses! Enchiam de placas as rodovias federais e nada faziam!

Temos um projeto maior, queremos transformar a economia do Estado! Sabemos da importância que tem a industrialização do interior do Estado. Mas também temos encontrado dificuldade, porque o primeiro requisito feito pelas empresas e pelos investidores, é a exigência de boas rodovias! Se o Governo estadual não tinha os recursos, o que poderíamos fazer?

Aí está, Sr. Presidente, aí está a grande diferença. Tem governantes que preferem subir no palanque e criticar os buracos das rodovias federais e as vidas ceifadas por acidentes. Tem outros governantes que preferem achar uma solução para levar o desenvolvimento a todo Estado!

Vejo algumas pessoas querendo ser os paladinos da honestidade, querendo subir e demonstrar que governos anteriores não cometeram erros.

Não precisa falar ao povo paranaense de quem é a grande responsabilidade da situação do BANESTADO. Em nenhum momento estamos responsabilizando os funcionários competentes do BANESTADO!

Agora, Deputado Vanhoni, não podemos negar que a medida tomada lá atrás, na extinção do BADEP, foi uma medida que trouxe prejuízos enormes para o Estado do Paraná.

Digo mais, estes mesmos que querem ser os homens honestos do Paraná - tenho um item aqui que é estarecedor - nos anos que o BANESTADO teve prejuízos, eles lançaram no ativo do Banco - aí está o cúmulo da questão do BANESTADO, lançaram nos ativos do BANESTADO, como créditos de imposto de renda, 298 milhões, que o Banco central simplesmente não reconhece isso como um ativo. Quer dizer: o BANESTADO, num determinado ano, dava prejuízo, e eles lançavam no ativo o imposto de renda, creditando-o para maquiar o balanço.

Isto é ser responsável, Deputado Alborghetti? Isto é cuidar do patrimônio público? Isto é querer que o BANESTADO prossiga?

Ora, se o BANESTADO foi bem administrado, não teve uma má gestão nos Governos anteriores, não o teríamos recebido com 700 milhões do redesconto. E aí é que vem a diferença nossa com eles. O Governador Jaime Lerner, responsavelmente, não um politiqueiro de primeira, veio à imprensa paranaense e disse: "vamos tentar resolver o problema do BANESTADO". Se fosse qualquer cidadão, ou alguns políticos que conheço, daqueles que gostam de destruir e não procuram construir nada, simplesmente teria vindo nos meios de imprensa no primeiro dia de Governo Jaime Lerner, e teria dito: "estou recebendo aqui o BANESTADO quebrado, com 700 milhões no redesconto", e deixaria o Banco Central intervir no BANESTADO.

Tentamos salvar o BANESTADO por 3 anos e meio, e temos a convicção e a certeza de que a medida que estamos tomando será importante para o Estado do Paraná.

Quando citei aqui agência de fomento - até parece que fomento não é importante - mas de um lado, quando vejo os discursos, percebo muitos querendo defender a pequena e média empresa. Adianta para nós paranaenses ficarmos com o discurso novamente, como já citei das rodovias e não acharmos uma solução de socorro à pequenas e médias empresas? Não adianta. Por que o BANESTADO não tem condições de socorrer as pequenas e médias empresas?

Gostaria de dizer que quando dizem que agora vêm com agência de fomento, isto não é a solução. Agora, pergunto aos senhores, qual é a solução? Deixar o BANESTADO na situação

que se encontra hoje? E quando o Deputado Vanhoni diz que os números de 350 milhões para salvar o BANESTADO, não são verdadeiros - quero dizer ao Deputado Vanhoni que nos próximos dias o Secretário Giovani Gionedis virá aqui com os números definitivos. Não são esses números. Se fossem, toparíamos a proposta de Vossa Excelência. Mas os números são muito maiores do que Vossa Excelência está dizendo aqui. Mas não vamos jogar o patrimônio em cima de questões do BANESTADO, para salvar grandes empresários que não pagaram ao BANESTADO.

Sei que a questão do BANESTADO machuca. E machuca, porque muitos desses que criticam hoje a questão da Cidade Industrial de Curitiba, foram críticos no passado, e hoje vêem o sucesso. Agora, digo a vocês: o Prefeito de Curitiba se chamava Jaime Lerner. O Presidente do BANESTADO ou o Governador do Paraná não era o Governador Jaime Lerner.

Hoje, 20 a 22% da Receita do Estado do Paraná vem da CIC, do seu ICMS. Muitos chamavam aquilo de campo de golfe. As mesmas críticas que recebemos hoje do processo de industrialização, e por isso assumimos a privatização das rodovias federais para integrar o Estado como um todo.

Estamos sim, num processo de transformação. Eles sabem que se continuarmos com essas medidas, com esses investimentos, os seus pronunciamentos se tornarão inócuos, como foi quando colocaram a questão da Cidade Industrial.

Temos certeza que estamos no caminho certo. O que não podemos esquecer é que quem governou o Paraná nos últimos 8 anos não foi o Governador Jaime Lerner.

Quando se fala em pequena propriedade, em pequeno agricultor, da miséria, do êxodo rural, é importante que se diga, se a política agrícola implantada nesses últimos 8 anos estava correta, por que aconteceu isso com o Estado do Paraná? Aconteceu isso no Estado do Paraná, porque seus governantes não tinham visão de futuro.

Temos um projeto para transformarmos o Paraná e estamos implantando, com todas as dificuldades do mundo, mas vamos provar ao Paraná, que o que fizemos em Curitiba, faremos com o Paraná. Somos sim, governantes diferenciados de Vossas Excelências. Estamos longe do discurso fácil. Estamos

achando soluções para os problemas, porque é muito mais fácil discursar e falar fácil, tentando emocionar o povo humilde do Paraná. Já cansamos. Expulsamos esse tipo de gente e não queremos voltar atrás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maivo Beraldin) -  
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Gostaria de dizer ao Deputado José Maria Ferreira, que quando ele foi à tribuna e agrediu o meu Governador, permaneci calado, e educadamente ouvi, porque é um direito democrático dele fazer o seu pronunciamento.

Agora, não é possível que cada vez que vou à tribuna, existem cidadãos e Parlamentares desta Casa que não querem ouvir o lado que achamos correto. Tentam me agredir com palavras. Peço respeito às minhas posições, como respeito as dele.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)  
Respeitosamente, gostaria de dizer ao cidadão e Deputado Valdir Rossoni, que respeitamos sim. Dificilmente interfiro no pronunciamento de um Parlamentar. Não foi o que aconteceu hoje. Quero dizer o porquê. Porque não é possível tanta desfaçatez.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Pela Ordem, sem discursos paralelos, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Tenho uma admiração pelo Deputado Valdir Rossoni e vejo, que pelo menos hoje, ele fugiu da sua história passada.

Não é possível, Deputado Valdir Rossoni, que o senhor venha a esta tribuna defender a privatização.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fenilcetonúricos e Hemocistinúricos - AFEH, com sede e foro na Cidade de Curitiba/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/98, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Escola de Esportes Atletismo Bairro Alto - EEABA, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Castro, com sede e foro no Município de Castro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 04, de 02.03.98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 025/98

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Castro, com sede e foro no Município de Castro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 09, de 10.03.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 035/98

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Para Encaminhar, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, o nosso projeto entendo que é da maior importância, porque se refere, justamente, à questão industrial do Paraná, o trabalho que desenvolvem os nossos traba-

lhadores das indústrias do nosso Estado.

Mas é bom que se diga, que no Estado do Paraná - e foi dito ainda há pouco, aqui, que muito se fez nos últimos 8 anos em favor da industrialização, principalmente no que diz respeito à conservação das rodovias federais.

Deputado Valdir Rossoni, quando ocupou a tribuna para fazer o seu pronunciamento, atacou, diretamente, o Secretário Heinz Herwig, que desenvolveu no Paraná, enquanto Secretário de Estado, um grande programa de recuperação das rodovias federais do nosso Estado.

Peço apoio aos Srs. Deputados ao Projeto de Lei nº 035/98.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação.

Para encaminhar, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero dizer a Vossa Excelência e Srs. Parlamentares, que somos favoráveis à declaração de Utilidade Pública do Deputado Orlando Pessuti.

Gostaria de ter o apoio de todos os Deputados que apoiam o Governo, mas dizer que em nenhum momento disse que não fizeram nada. Só citei a placa.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está em votação o projeto.  
Aprovado.

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação da Casa de Repouso Vovó Joana, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 10.03.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 040/98

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Casa de Repouso Vovó Joana, com sede e foro no Município de Curitiba / Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos

que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

#### ESTATUTO SOCIAL

##### CAPÍTULO I

##### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação Casa de Repouso Vovó Joana é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

Art. 2º - A Associação tem por foro a Cidade de Curitiba, PR, localizando-se à Rua Amazonas, nº 800.

Art. 3º - A Casa de Repouso Vovó Joana tem o seguinte objetivo social:

- Manter casa de repouso para abrigar pessoas idosas, carentes e desamparadas, possibilitando-lhes melhoria de qualidade de vida e consequente estímulo ao próprio existir.

Parágrafo Único - Para consecução de seus objetivos, a Associação poderá celebrar contratos, convênios e manter intercâmbio com entidades, organismos, órgãos públicos e/ou privados, institutos, fundações e sociedades nacionais e/ou internacionais.

Art. 4º - A Associação terá prazo indeterminado de duração.

##### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 5º - A "Casa de Repouso Vovó Joana" terá a seguinte estrutura:

- I - Assembléia Geral
- II - Diretoria
- III - Conselho Fiscal

##### SEÇÃO I

##### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 6º - A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação, reunindo-se ordinária ou extraordinariamente, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos associados e, após trinta minutos, em segunda convo-



cação, com qualquer número de associados presentes.

Art. 7º - A Assembléia Geral será convocada por o mínimo dois membros da Diretoria ou por metade mais um dos associados, sempre com antecedência mínima de oito dias.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/98, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Artesãos - AMARA, com sede e foro no Município de Atalaia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 18, de 23.03.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 56/98

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Artesãos - AMARA, de Atalaia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está de acordo com a Lei nº 6994/78, que estabelece normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, o parecer é favorável.  
Sala das Comissões, em 24.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Para encaminhar, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)  
Sr. Presidente, este projeto de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, trata da importância que declaramos de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Artesãos do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, vi agora há pouco, nas palavras do Deputado Valdir Rossoni, que o Estado do Paraná concorda com a privatização do Banco do Estado, que tanto ajudou os trabalhadores, os artesãos, ao longo de 70 anos, sendo que nos últimos 3 anos de Governo - não sei se o Deputado Valdir Rossoni sabe disso - no primeiro ano de 95, 44; no segundo ano de 96, 105;

no ano de 97, 142; e está previsto para este ano, 140 milhões em verbas publicitárias, e acabam com uma empresa de 10 mil funcionários do Banco do Estado do Paraná.

Por isso, venho aqui pedir o apoio dos senhores para votarem favoravelmente nessa Associação de Utilidade Pública, porque é impossível os artesãos e os trabalhadores do Estado do Paraná concordarem com tamanha desfaçatez, na condução das verbas públicas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Para Encaminhar, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - O projeto da Deputada Irondi Pugliesi, com certeza vai atender a parte das trabalhadoras deste Estado.

Só que tem um detalhe: num determinado momento da nossa história, tivemos que colocar algumas placas, dizendo que não podiam trafegar por estas estradas, mercadorias, porque não estavam em estado adequado, porque o Governo era do PRN, era do Sr. Collor, e nesta Casa tínhamos um representante, e agora espero que com este projeto de lei, recuperemos a estrada do PRN, porque desta forma, estaremos fazendo justiça às trabalhadoras artesãs.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria fazer minha inscrição para o Grande Expediente de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Já está inscrito o Deputado Caíto Quintana.

Fica feita a inscrição para depois de amanhã.

Em discussão.

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero dizer que o projeto da Deputada Irondi terá o nosso apoio, porque tudo o que vem a favor do trabalhador, para nós é importante.

Quero dizer, para responder às questões partidárias, que quando o debatedor apela para questões que não estão no debate, e quero dizer, por ter pertencido ao PRN, em nenhum mo-

mento me diminui de Vossa Excelência e nem me coloca acima de Vossa Excelência. De forma alguma levo isso como desaforo ou como falta de educação. Só acho que isso é falta de conteúdo para discutir o problema que estávamos discutindo aqui, e a verdade, nesta Casa, e os senhores que estão aqui sabem, cada vez que este Parlamentar ouve a Oposição, ele ouve com atenção e sempre procuro, democraticamente, colocar a posição do Governo Jaime Lerner, mas tenho tido grandes dificuldades, porque as verdades que colocamos aqui sempre são mal interpretadas.

Por isso, continuo com as mesmas posições, e digo aos Deputados que fazem oposição ao Governo Jaime Lerner, terão que agüentar, pelo menos, por mais 4 anos.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
**Aprovado o projeto.**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 380 a 385, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 390, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 394, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 397, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 398, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 399 e 400, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 395, de autoria

do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) -  
Apenas para registrar a presença, neste Plenário, do ex-Deputado Federal e Presidente do PFL de Paranaíba, Sr. Dionísio Assis Dalprá, e ainda, do vice-Prefeito de Paranaíba, Rogério Lorenzetti, também do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 213, 455, 469, 520/97 e 014/98.

E marco ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 021, 025, 035, 040 e 056/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 462, 577 e 736/97 e 034/98, e do de Resolução nº 033/97.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/98.

Levanta-se a sessão.